

Invasão ganha novos inquilinos

Decisão do GDF de remover famílias da Saburo Onoyama provoca venda de barracos por até R\$ 200 em Taguatinga

Kátia Marsicano
Da equipe do Correio

O motorista de transporte alternativo Marcelo Carvalho Pacheco, 26 anos, cansou de pagar aluguel. Há dois meses, mudou-se de um barraco de fundos na QNM-24 em Ceilândia para um outro barraco. Ao lado do Parque Saburo Onoyama, em Taguatinga, numa das mais antigas (e subumanas) invasões da cidade. Pagou R\$ 380,00 pela nova residência, onde está morando com a mulher, que trabalha como caixa num supermercado, e dois filhos.

Sem se incomodar com a precariedade do lugar, cheio de lixo e dependente de energia elétrica clandestina, puxada da rua por perigosas gambiarras, ele acha que a mudança foi vantagem. "Pagava R\$ 250,00 por mês, fora a luz e a água", calcula. Marcelo é um dos novos moradores do local que têm contribuído com um mercado em franca expansão na área: o comércio de barracos. Principalmente agora com a promessa do governo do Distrito Federal de que a invasão vai ser removida e as famílias vão ganhar lotes.

Assim como ele pagou R\$ 380,00 pela casa de madeirite de apenas um cômodo, basta andar pela invasão e ficar sabendo de outros barracos postos à venda. Gente que pagou até R\$

500,00 para morar a alguns passos de montes de sujeira, por onde circulam cavalos e cães que fazem de tudo entre os barracos, comprometendo a saúde de crianças e adultos. A miséria está em toda parte.

"Quem me vendeu o barraco já foi embora daqui", afirma Marcelo. Mas há quem saiba de gente do setor imobiliário local que continua por lá. Só que, nesses casos, a lei do silêncio prevalece. "Não sei, não. Só vejo o movimento", jura o sucateiro Francisco Alves, ou Chico Doido, como é conhecido na comunidade.

A catadora de papel Maria Solange Lopes, 40 anos, também não denuncia. Cuida da própria vida: batalha pelos R\$ 120,00 mensais, com os quais cria três filhos e quatro netos nascidos na

invasão. Ela é uma das 415 famílias cadastradas em janeiro de 1999, no último levantamento do Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab). Hoje, a Associação de Moradores local estima que esse número seja, pelo menos, duas vezes maior.

ENDEREÇO VALORIZADO

Como em qualquer cidade que se preza, os preços dos imóveis no Saburo Onoyama também variam com a localização. Na avenida principal (se é que assim se pode denominá-la), onde com muita dificuldade passam carros, estão os mais caros. Têm vista para a erosão que passa na porta.

Jefferson Rudy



Moradores antigos, como a catadora de papel Maria Solange, evitam falar sobre a venda de barracos para não se indispor com os vizinhos

Os demais, próximos ao depósito de lixo à beira do córrego Taguatinga (já totalmente degradado), podem ser adquiridos por até R\$ 200,00. O tamanho médio das casas é de 16 metros quadrados. A água para consumo vem das nascentes do córrego, que são contaminadas pela lavagem de roupas e panelas — aliás, a preocupação ambiental ali passa longe. A invasão está numa Área de Relevante Interesse Ambiental. Até a placa que existia, advertindo sobre a Lei 9.605 (dos crimes ambientais), está no chão. Cravejada de balas de revólver.

Um barraco, localizado à entrada da invasão, outro "endereço valorizado", foi trocado por um Fusquinha. "Só sei que foi um pelo outro", conta um vizinho. O atual proprietário do barraco morava nos fundos de uma casa na QSD 24 e pagava R\$ 150,00 de aluguel. "Já perdi outros inquilinos que optaram pela invasão", diz a dona das quitinetes, Anatália Alves de Oliveira.

Até a antiga igreja evangélica do local já foi vendida. Ontem, o barraco estava fechado com cadeado, mas a vizinhança conta que os cultos foram substituídos recentemente por uma fa-

mília que passou a morar no barraco. A mudança é tão recente que a inscrição na porta permanece: Casa de Oração e Louvor. Os boatos são de que custou R\$ 500,00.

Dos cinco barracos encontrados pela reportagem com o aviso de vende-se, nenhum estava aberto. Ninguém diz quanto custam ou quem vende. O que se comenta, no entanto, é que poucos são os que vendem para ir embora. A maioria constrói um barraco novo na própria invasão e passa o antigo para a frente. A intenção é ganhar dinheiro. "A gente não tem como

impedir que isso aconteça", lamenta o presidente da Associação de Moradores local, Francisco das Chagas.

O que vai acontecer com os novos proprietários da invasão é o que ninguém sabe. A assessoria da Secretaria de Habitação diz que quem não tiver cadastro nem adianta reclamar: não vai ganhar lote. A informação é de que a remoção — prometida há muito tempo — começa no início do mês que vem. Quanto ao novo endereço, a secretaria se recusa a dizer onde será, para evitar que alguém se antecipe e resolva invadir primeiro.

MEMÓRIA

TENTATIVAS DE ACORDO FRACASSARAM

A invasão do Saburo Onoyama, conhecida assim porque fica ao lado do parque de mesmo nome, em Taguatinga Sul, existe desde 1993, durante o último governo Joaquim Roriz. Começou tímidamente, com poucos barracos, mas acabou perdendo o controle do crescimento.

Uma das raras tentativas de remover as famílias de invasores do local aconteceu

em 23 de fevereiro de 1996, quando a Administração Regional e Siv-Solo propôs opções à comunidade para que fosse embora pacificamente.

O governo ofereceu passagem de volta aos estados de origem ou o pagamento de um mês de aluguel ou a mudança para a casa de parentes ou ainda uma cesta básica todos os meses. Ninguém aceitou. Queriam lote.

Em março de 1998, o GDF prometeu assentá-los na Expansão do Areal, um novo setor para famílias carentes. Mas, nada foi feito. Continuaram lá. A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente

(Prodema), do Ministério Público, deu prazo para o governo transferir os moradores. Expirou no dia 21 de fevereiro.

Enquanto isso, os moradores continuam roubando energia elétrica da rua e destruindo o meio ambiente. No local estão nascentes dos córregos Cortado e Taguatinga. Todas as vezes que a CEB vai ao local remover os fios das gambiarras é confusão na certa. No ano passado, técnicos da Superintendência de Distribuição da Região Oeste precisavam de escolta policial para desligar as ligações. (K.M.)